



MUNICÍPIO DE CRAVINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº3143/2024, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024.

"DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA O EXERCÍCIO 2024 A 2026"

ITAMAR GOMES BUENO, Prefeito Municipal de Cravinhos, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º- O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO do Município de Cravinhos, Estado de São Paulo, para o mandato de 2024 a 2026, em conformidade com a Lei Municipal no 2155/2016, de 02 de março de 2016, fica a partir desta data, assim constituído:

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Titular: Flávia Lourenço Scatolino
Suplente: Adriana Pires De Santi Dias

REPRESENTANTES DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

Titular: Rafael Aparecido Montanhari Costa
Suplente: Rodrigo Rodrigues Corneti

REPRESENTANTES DOS DIRETORES DE ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Titular: Elaine Martins Pereira
Suplente: Roberta Jayme Grandini

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Titular: Maria Luiza Simões Flório de Oliveira
Titular: Elaine Cristina Lopes Ruas Guimarães
Suplente: Glauciane Coelho Maia Frigel
Suplente: Márcia Fernanda Diniz Outrello

REPRESENTANTES DO CONSELHO ESCOLARES OU EQUIVALENTES

Titular: Camila Silvestre Moraes
Suplente: Maria Lúcia Vida Cortez

REPRESENTANTES DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E MESTRES

Titular: Adriana Maria Pinto Terra Bertoletti
Suplente: Priscila Gonçalves Faetano

REPRESENTANTES DOS FUNCIONÁRIOS DE ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Titular: Andréa Goulart Furlani
Suplente: Angélica Paciulo Seccani Gaspar



MUNICÍPIO DE CRAVINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

**REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E
CONTROLE SOCIAL
DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE
VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB.**

Titular: Elaine Rigo Thomazelli

Suplente: Andréa Marcelino de Melo

Art. 2º- A participação dos referidos membros de que trata este Decreto não ensejara remuneração e será considerado serviço público relevante.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE NA FORMA DA LEI.

ITAMAR GOMES BUENO
Prefeito Municipal

MINUTA PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PARECER CME Nº 01/2024

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação

ASSUNTO: Apreciação do Anteprojeto de Lei que institui a Política Municipal de Educação em Tempo Integral da rede pública municipal de ensino de Cravinhos e dá outras providências.

RELATORES: Glauciane Coelho Maia Frigel

Flávia Lourenço Scatolino

Adriana Pires De Santi Dias

I - RELATÓRIO

I.1 - Histórico

A Secretária Municipal de Educação, Sra. Márcia Fernandes Donato, encaminhou a este Conselho o Ofício nº 0123 /2024, solicitando a apreciação e emissão de parecer sobre a “Política Municipal de Educação em Tempo Integral da rede pública municipal de ensino de Cravinhos”, apresentando para tanto o Anteprojeto de Lei que juntamos ao presente.

A minuta apresentada foi constituída com base na Constituição da República Federativa do Brasil, na Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na Lei federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, a Lei municipal nº 2020 de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação de Cravinhos, na Lei federal nº 14.640, de 31 de julho de 2023, que institui o Programa Escola em Tempo Integral, na Portaria nº 1.495, de 2 de agosto de 2023, que dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escolar em Tempo Integral, e na Portaria nº 2.036, de 23 de novembro de 2023 que define as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo

integral na perspectiva da educação integral e estabelece ações estratégicas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral.

A rede pública municipal de ensino, vem ofertando a Educação em Tempo Integral nas escolas de Educação Infantil e em algumas turmas ou grupo de alunos do Ensino Fundamental, buscando a ampliação progressiva da oferta para todas as unidades escolares, em conformidade com a Meta 6 do Plano Nacional de Educação.

A instituição da Política Municipal de Educação em Tempo Integral, visa o auxílio no desenvolvimento e na aprendizagem dos alunos oportunizando o acesso à cultura, à arte, ao esporte, à ciência e à tecnologia, por meio de atividades de contraturno escolar em conformidade com o projeto político pedagógico e o currículo de cada etapa de ensino alinhado à BNCC.

Integrará também à educação integral o atendimento especializado aos educandos com dificuldades de aprendizagem, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais, culturais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

1.2 - Apreciação

Com vistas a atender a exequibilidade da Meta 6 do Plano Nacional de Educação, que discorre sobre a oferta de educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica, não restam dúvidas de que o município tem engendrado esforços na direção do cumprimento do objetivo proposto.

Outrossim, com a instituição da Política Municipal de Educação em Tempo Integral, o Anteprojeto de Lei proposto coloca o município um passo à frente no alcance da meta, além de ser um importante instrumento de garantia da educação em tempo integral aos alunos das escolas municipais.

Com efeito, nos termos do artigo 3º do Anteprojeto de Lei, são objetivos da Política Municipal de Educação em Tempo Integral:

I - a ampliação do tempo de permanência dos alunos nas escolas pertencentes à rede pública municipal de ensino, a fim de atingir a Meta 6 do Plano Nacional de Educação - PNE, instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014;

II - a expansão das matrículas e escolas em tempo integral orientada pela concepção da educação integral;

III - a formação de indivíduos autônomos, solidários e competentes, com conhecimentos e competências dirigidas ao pleno desenvolvimento da pessoa humana e seu preparo para o exercício da cidadania;

IV - a garantia de currículo articulado com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e sua parte diversificada, comprometido com o alcance dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral, ao longo da jornada escolar diária, previstos para cada etapa e modalidade da educação básica;

V - a superação da organização curricular baseada na lógica de turno e contraturno para um currículo integrado e integrador de experiências;

VI - a constituição de referencial para a educação em tempo integral que considere a ampliação, o aprofundamento e o acompanhamento pedagógico das aprendizagens prioritárias, a pesquisa científica, as práticas culturais, artísticas, esportivas, de lazer e brincar, tecnologias da comunicação e informação, da cultura de paz e dos direitos humanos, da aprendizagem baseada na relação direta com a natureza e na preservação do meio ambiente e na promoção de práticas de cuidado e saúde integral;

VII - a utilização de material didático e pedagógico contextualizado, significativo, acessível, diversificado e sustentável, considerando a diversidade étnico-racial, ambiental, cultural e linguística do país;

VIII - o fomento e valorização de práticas educativas orientadas por uma perspectiva interdisciplinar, com superação da fragmentação dos conhecimentos com as práticas sociais e da vida cotidiana;

IX - a ampliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB tanto no componente de fluxo quanto no de proficiência e os resultados da avaliação da alfabetização, ou sistema que vier a substituí-lo;

X - a promoção de condições para a redução dos índices de evasão escolar, de abandono e de retenção;

XI - a melhoria da infraestrutura física das escolas, com foco na organização de ambientes que favoreçam a diversificação das experiências de aprendizagem e desenvolvimento integral, assegurando acessibilidade às distintas formas de deficiência, transtorno do espectro autista, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, respeito e promoção aos pertencimentos étnico-raciais e socioculturais da comunidade escolar;

XII - a participação ativa dos alunos e de seu papel no processo coletivo e colaborativo de construção e apropriação dos saberes, atitudes e práticas, desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental em uma perspectiva de progressiva autonomia;

XIII - o fortalecimento de processos de escuta, diálogo, participação e deliberação coletiva na escola, que envolva alunos e educadores em processos democráticos de construção das práticas educativas e da proposta pedagógica da escola, inclusive com o fomento à instauração e qualificação permanente de instâncias como os conselhos de escola; e

XIV - a priorização na distribuição e alocação das matrículas em tempo integral, das escolas e alunos em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, considerando indicadores de aprendizagem, renda, raça, sexo, condição de pessoa com deficiência, de família monoparental, adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, entre outros.

Pela análise dos objetivos, fica clara a necessidade de mais investimentos do município para a ampliação da oferta de novas matrículas em tempo integral, criadas ou convertidas de jornada parcial para integral a partir do ano letivo de 2024.

Ações devem continuar sendo implementadas de modo a assegurar o acesso, a permanência e a trajetória escolar, garantindo mais tempo de permanência do aluno em atividades na escola, minimamente em período igual ou superior a 7 (sete) horas diárias, ou ainda a 35 (trinta e cinco) horas semanais, sendo as atividades escolares oferecidas dentro e fora do espaço escolar, sempre resguardando o planejamento pedagógico, a finalidade educativa nos espaços e os profissionais habilitados para condução de processos de ensino e aprendizagem, sendo imprescindível ao município coadunar com os esforços da União cumprindo o pacto que assegura o repasse de verbas, conforme disposto pela Lei federal nº 14.640 de 31 de julho de 2023.

II - CONCLUSÃO

Considerando o fomento à criação de novas matrículas em tempo integral para a melhoria da educação pública, conforme supra mencionado, e com vistas a elevar os resultados de aprendizagem e desenvolvimento integral dos alunos desde a Educação Infantil ao Ensino Fundamental, é evidente a importância da instituição da Política Municipal de Educação em Tempo Integral na perspectiva da educação integral, não havendo qualquer óbice quanto a proposta apresentada à nossa apreciação.

Diante do exposto, os Relatores manifestam-se favoráveis à instituição da “Política Municipal de Educação em Tempo Integral da rede pública municipal de ensino de Cravinhos”, nos exatos moldes em que ela foi apresentada no Anteprojeto de Lei apreciado.

III - DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

Considerando as fundamentações constantes do relatório e da conclusão do parecer exarado pelos Relatores, o Conselho Municipal de Educação aprova por unanimidade o Anteprojeto de Lei que institui a Política Municipal de Educação em Tempo Integral da rede pública municipal de ensino de Cravinhos e dá outras providências, apresentado pela Secretária Municipal de Educação .

Cravinhos, 11 de abril de 2024.


Glauciane Coelho Maia-Frigel

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Flávia Lourenço Scatolino 

Adriana Pires De Santi Dias 

Rafael Aparecido Montanhari Costa 

Rodrigo Rodrigues Corneti 

Elaine Martins Pereira 

Roberta Jayme Grandini 

Maria Luíza Simões Flório de Oliveira 

Elaine Cristina Lopes Ruas Guimarães 

Márcia Fernanda Diniz Outrello 

Camila Silvestre Moraes 

Adriana Maria Pinto Terra Bertoletti 

Angélica Paciulo Seccani Gaspar 

Elaine Rigo Thomazelli 
